

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Justiça
Exmo. Sr. Representante do Senhor Presidente da República,
Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Santa Maria da Feira,
Exmos. Senhores Deputados aqui presentes,
Exmo. Senhor Vice Presidente do Conselho dos Notariados da União
Europeia,
Exmo. Senhor Presidente do Instituto dos Registos e do Notariado,
Exmos. Senhores representantes dos notariados Europeus e de Cabo Verde
Exmos. Senhores representantes das diversas profissões aqui presentes
Exmos. Senhores Convidados,
Exmos. Senhores Congressistas,
Minhas Senhoras e meus senhores!

Em nome dos notários de Portugal a todos dou as boas vindas e agradeço a vossa presença neste encontro.

A sociedade portuguesa, de um modo geral, e a comunidade jurídica, em particular, têm vindo a assistir, com redobrado interesse, à evolução do processo de reforma do notariado português e à sucessão dos acontecimentos mais marcantes que o consubstanciam.

Desde a publicação, em 4 de Fevereiro de 2004, do novo Estatuto do Notariado e do Estatuto da Ordem dos Notários, até hoje, muitos e importantes factos se sucederam, nalguns casos a um ritmo alucinante, noutros com uma morosidade desesperante.

Muitos deles francamente positivos.

Outros marcadamente negativos.

Tem sido feita de contrastes esta fase inicial do novo notariado português!

As primeiras tomadas de posse, em 15 de Fevereiro de 2005 seguidas do início de funções dos primeiros notários, ao abrigo do novo Estatuto,

representaram o alcançar de uma meta, cujo caminho, até lá, se revelou, moroso, sinuoso, difícil, cheio de reveses e de grande sofrimento, em muitas alturas.

Só o empenho, a perseverança, um antes quebrar que torcer, por parte de muitos permitiu que esse caminho fosse trilhado com sucesso.

Veio depois o primeiro concurso subsequente para a atribuição do título de notário, durante o período transitório e, com o processo assim iniciado, uma séria de contratempus e delongas capazes de fazer desesperar os mais pacientes.

Finalmente, quando o ano dois mil e seis já se aproximava do seu termo, iniciaram a sua actividade os primeiros novos notários, provenientes de outras profissões jurídicas, que não o notariado público ou os registos.

Foi mais um marco importante e muito positivo neste processo de modernização do notariado português, por tudo o que a sua entrada para a profissão representou. Novos profissionais a acreditarem no notariado, a apostarem nesta nova profissão, que abraçaram de forma determinada.

As primeiras eleições para os Órgãos da Ordem dos Notários, em Abril de 2006, seguidas da respectiva tomada de posse, em 9 de Maio, marcaram o início de uma nova era, no que concerne à representação institucional da classe.

Ainda se cuidava de organizar a nova casa, a que foi confiada a nobre missão de representar os notários, e já começavam a ganhar forma projectos e ideias sobre o que deveria ser o funcionamento do novo notariado e das suas estruturas representativas.

No início de 2007, foi editado o primeiro número da Revista da Ordem dos notários, de que hoje distribuimos o quarto número.

Antes, no final do ano de 2006, já havia sido constituída a “NOTARIOCERT”, entidade certificadora da Ordem dos Notários. Mais recentemente, na passada segunda feira, 14 de Maio, teve lugar a cerimónia de criação das chaves raiz e emissão dos primeiros certificados digitais.

Também, há alguns dias, passou a estar disponível o novo site da Ordem dos Notários.

De permeio, participámos em projectos de dimensão europeia. Organizámos, em Lisboa, no dia 10 de Maio de 2006, uma Assembleia Geral

extraordinária do CNUE, Conselho dos Notariados da União Europeia (de que fazem parte 21 dos 27 países da União). E no dia seguinte realizaram-se, também em Lisboa, as Jornadas Europeias de Notariado, sob o tema “O Notariado do Século XXI: Desafios da Modernidade”.

Constituímos grupos de trabalho e celebramos protocolos com a Administração Fiscal, com as Autarquias, com a Banca, com o IPPAR, enfim, com diversas entidades públicas e privadas.

Apresentamos propostas de desburocratização e de simplificação de procedimentos.

Desenvolvemos iniciativas e oferecemos novos serviços, como o projecto “Casa simples – Casa segura”, no âmbito do qual já foram iniciados e concluídos mais de mil processos desde o início do ano, com total comodidade para os cidadãos e sem acréscimo de custos.

A reforma do notariado português tem sido tudo isto e, a par disto a sedimentação de um notariado renovado, moderno, consciente do seu papel de serviço público, que, por ser essa a sua essência, existe para servir.

Para servir o Estado, para servir a sociedade, para servir, afinal, o cidadão.

A razão de ser de qualquer reforma, seja na justiça, na saúde, na economia, ou em qualquer outra área, há-de sempre encontrar-se na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, na dignificação da pessoa humana. As reformas nas sociedades – mesmo as que nos impõem sacrifícios imediatos (e sobretudo estas) – justificam-se na medida em que venham a contribuir para o desenvolvimento das sociedades, por forma a que as pessoas que a compõem vejam melhoradas as suas condições de vida.

Este processo de modernização do notariado português não foge a estas regras e importa saber se está a alcançar esses objectivos de contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

Em jeito de balanço destes dois anos já decorridos, podem já elencar-se, de forma segura, algumas das principais consequências da reforma do notariado:

- O aumento da oferta do serviço notarial e total eliminação das dificuldades antes sentidas na realização célere de actos notarias, de tal forma

que hoje o agendamento e realização dos actos notariais é estabelecido pelas partes, havendo uma percentagem significativa de escrituras que são realizadas no próprio dia em que são marcadas.

- A extraordinária melhoria das instalações, agora modernas, agradáveis, cómodas, práticas e adequadas;

- O surgimento de profissionais (notários e colaboradores), que põem no atendimento e na prestação do serviço público rara simpatia e amabilidade;

- O aumento significativo da eficiência;

- A melhoria extraordinária da qualidade do serviço, como corolário natural de todas as transformações operadas;

- O desenvolvimento económico impulsionado, desde logo, pelos investimentos privados feitos pelos notários, em equipamento, móveis e imóveis;

- A criação de emprego, directo e indirecto, no sector privado, sobretudo para mão-de-obra qualificada e com formação superior, por todo o território nacional. Já trabalham, actualmente, no notariado cerca de 1400 pessoas, quando ainda faltam atribuir cerca de 200 licenças;

- A redução do número de funcionários públicos. Até agora, já mais de 25% dos que trabalhavam no notariado estatizado trocaram a administração pública pelo sector privado;

- O aumento da receita pública gerada pelo sector privatizado e a redução da despesa.

- O novo notariado está agora disponível, como nunca, para acompanhar e impulsionar o desenvolvimento tecnológico e para colaborar, empenhadamente, na administração da Justiça e na procura de soluções que aliviem os tribunais.

- A Ordem dos Notários criou a sua entidade certificadora, "NOTARIOCERT, S.A.", dotada de infra-estruturas que lhe permitirão vir a ser, segundo esperamos, a primeira entidade certificadora credenciada em Portugal.

A privatização do notariado, feita e incentivada pelo Estado Português, em nome da *eficiência*, da *economia de mercado*, da *modernização*, da *europização do notariado português* (objectivos, de resto, integralmente alcançados) é, por isso, um exemplo ímpar de uma reforma bem sucedida!

Por tudo isto se pode afirmar, sem receios, que a reforma do notariado é um êxito que não pode deixar de hoje aqui ser sublinhado com particular ênfase.

Apesar disso, porém, nos últimos dois anos, têm sido desferidos duros golpes contra o notariado, aproveitando-se, desde logo, a circunstância de se tratar de um edifício ainda em construção e, por isso, mais vulnerável aos ataques.

É mais fácil destruir a vida quando ela ainda mal começou!

Foi ainda em 2005, ou seja, no ano em que os primeiros notários iniciaram a sua actividade, que o diploma que aprovou a empresa na hora dispensou a intervenção do notário e criou condições altamente desfavoráveis para os notários (e vantajosas para o Estado, na concorrência que achou por bem fazer aos notários, que ele próprio tinha incentivado a aderir ao novo sistema), na prestação do mesmo serviço.

Foi a total desformalização dos actos relativos às sociedades comerciais, a partir de 30 de Junho de 2006 e mais uma vez a criação de condições que prejudiciais para os notários na prestação do serviço, desaconselhando-se, mesmo, expressamente no preâmbulo do Decreto-Lei 76 – A/2006 a ida ao notário.

É o anunciado projecto “casa pronta” e a projectada transferência de competências, em matéria de habilitações e partilhas, dos notários para as conservatórias do registo civil.

Ou seja, o Estado Português dispensa a intervenção dos notários em todos os actos (com excepção, até ver, dos testamentos), concorre com eles e, como se isso já não bastasse, dita, a seu benefício, as regras do jogo.

As iniciativas do Governo Português, tomadas nos últimos dois anos, têm sido de tal modo gravosas para os notários que, se lograrem alcançar os seus objectivos, culminarão na extinção do notariado no nosso país, o que, sinceramente esperamos que não venha a acontecer, desde logo porque a sociedade portuguesa não o quer.

Por isso, este nosso congresso decorre também, um pouco à semelhança do que tem sido esta fase de arranque do notariado, num misto de sensações contraditórias, de regozijo justificado, mas também de alguma amargura:

Foi concebido e organizado para ser a festa dos notários e existem boas e fortes razões para que assim seja.

Mas também há quem veja nele, compreensivelmente, uma espécie de *requiem* ao notariado português.

Tenho para mim que o nosso congresso só pode ser a grande festa do notariado português. O maior acontecimento que o notariado português alguma vez conheceu.

Se com tantas contrariedades e tantos escolhos no percurso chegamos aqui, como não continuar a acreditar no futuro? Como não continuar a acreditar no futuro desta profissão servida por profissionais deste calibre, que parecem imunes às adversidades e vão cumprindo e ultrapassando com mérito e distinção uma a uma, todas as metas a que se propuseram.

E a principal dessas metas foi servir bem o cidadão. Foi não só constituir um valor acrescentado para a sociedade mas também mostrar à sociedade que o papel do notário é indispensável e insubstituível.

A reforma do notariado é um êxito, acima de tudo porque com a reforma do notariado, o cidadão foi o grande beneficiado.

Agora os cidadãos contam com o apoio e o aconselhamento do notário, na preparação e realização dos negócios jurídicos, que lhes encontra as melhores soluções legais conformes à sua vontade, em estrita observância da Lei, garantindo a segurança jurídica indispensável ao desenvolvimento das sociedades e das suas economias.

A principal razão de ser da existência de notários há-de buscar-se nas garantias de segurança jurídica que a sua intervenção confere.

O valor maior que a intervenção do notário garante à sociedade, em nome do Estado, é a segurança jurídica, que se traduz na realização de negócios jurídicos perfeitos, em rigorosa observância do princípio da legalidade.

Aos cidadãos, os notários prestam a assessoria e o aconselhamento necessários à realização do acto notarial, que deve conformar a vontade das partes à lei, em escrupuloso cumprimento desta, com tal rigor que o acto seja juridicamente inatacável.

Este serviço é prestado pelos notários a todo e qualquer cidadão, da mesma forma séria, empenhada, imparcial e equidistante, qualquer que seja a sua capacidade económica, ou a sua condição social.

Todos os cidadãos têm direito a assessoria e aconselhamento de um jurista especializado, na realização de certos negócios jurídicos de grande relevância social ou de importância significativa na vida de cada um.

Agora, a este importante papel, que tradicionalmente desempenham de forma exemplar, os notários acrescentaram modernidade, celeridade e eficácia ao serviço público que prestam, a baixo custo.

Refira-se, a propósito que os custos dos actos notariais em Portugal são os mais baixos da Europa.

Os notários portugueses tudo têm feito para estar na primeira linha do desenvolvimento das novas tecnologias; para se constituírem como um verdadeiro factor de desenvolvimento do país, ao invés de representarem qualquer entrave, como alguns teimam em continuar a considerar.

Nenhuma outra profissão se terá modernizado e transformado, para melhor, tanto e em tão pouco tempo como os notários.

A par de todos os projectos já concretizados e planeados, de todas as iniciativas tomadas, da construção da Ordem dos Notários, ainda foi sobrando tempo para concretizar o que, para muitos de nós, num passado não muito

distante, não passava de um sonho: um verdadeiro Congresso dos Notários Portugueses.

O tempo juntamente com a perseverança e o empenho de alguns têm-se encarregado de contrariar os mais cépticos: os que nunca acreditaram na concretização da reforma do notariado, os que nunca acreditaram na possibilidade de realização de um congresso dos notários portugueses.

Aqui estamos hoje para dar fé de que a modernização do nosso notariado é uma realidade e para proclamar que não será nunca por culpa dos notários que o notariado português deixará de cumprir a missão digna que tradicionalmente lhe é confiada pelos Estados; que não será nunca por culpa dos notários que o notariado português deixará de ter a dignidade que merece ou deixará de ocupar o seu lugar em Portugal e na Europa.

Na primeira vez que me dirigi à Assembleia Geral da Ordem dos Notários afirmei-me muito orgulhoso por ser o mais alto representante do notariado.

Reafirmo hoje aqui, no nosso congresso, que é com redobrado orgulho que continuo a exercer as minhas funções de Bastonário da Ordem dos Notários, aqui presentes em grande número, para que fique claro que se trata de uma classe de profissionais que acredita na sua profissão e que está disposta a continuar a desempenhar as suas funções de forma digna, de cabeça erguida, com a tranquilidade de consciência própria daqueles que pautam a sua actuação pelo rigor, pela verdade, pelo trabalho sério e empenhado em prol da dignificação da profissão e da melhoria do serviço público que constitui a sua essência.

O notariado português está bem vivo!

Registo com enorme satisfação a presença de representantes de diversos notariados estrangeiros que não quiseram deixar de estar presentes no nosso primeiro Congresso: Espanha, França, Bélgica, Luxemburgo, Áustria, Itália, Polónia, Roménia e Cabo Verde.

A todos agradeço a vossa presença.

De tarde vamos ter oportunidade de ouvir atentamente o ilustre painel de oradores, que muito nos honram com a sua presença e nos vão presentear com as suas intervenções.

A Sr.^a Dr.^a Maria Angelina Silva, subdirectora-geral dos impostos;

A Sr.^a Dr.^a Constança Oliveira, notária e vogal do Conselho Fiscalizador, Disciplinar e Deontológico da Ordem dos Notários;

O Sr. Dr. Mouteira Guerreiro, grande jurista e mestre de muitos de nós;

Don Francisco Garcia Mas, ilustre notário e assessor do Ministério da Justiça de Espanha;

Sr. Prof. João Caupers, professor universitário e responsável por uma das faculdades de direito mais prestigiadas do país;

Sr. Dr. Laborinho Lúcio, magistrado, membro do Conselho Superior de Magistratura e ex-ministro da Justiça.

A participação de todos vós engrandece e dignifica este evento.

Todos eles, cada um à sua maneira e de acordo com as funções que exerce ou exerceu, desempenharam um importante papel na reforma e na modernização do notariado português.

Senhor Dr. Laborinho Lúcio, Senhor Professor João Caupers,

Vossas excelências tiveram grandes responsabilidades em projectos anteriores de reforma do notariado, que, infelizmente para os notários e para a sociedade portuguesa em geral, por esta ou por aquela razão não chegaram a entrar em vigor.

Com a lucidez que só o distanciamento temporal permite, importa hoje aqui reconhecer e sublinhar que Vossas excelências não tiveram, ao tempo, o apoio e a colaboração dos notários que as vossas empresas mereciam e que o interesse público justificava.

Em nome dos notários portugueses e em jeito de *“mea culpa”*, um agradecimento, porventura tardio mas sincero, a ambos pelo vosso trabalho em prol da modernização do notariado português.

Um agradecimento àqueles que convosco trabalharam nesses projectos, em especial aos que representaram os notários e que hoje, infelizmente, já não estão entre nós.

A presença de todos vós, representantes da Presidência da República e do Governo, deputados, oradores, convidados, congressistas, notários, é a prova inequívoca de que o notariado português continua e continuará bem vivo.

Celebremos esse facto!

Este congresso é a grande festa do notariado português.

MUITO OBRIGADO

Santa Maria da Feira, 18 de Maio de 2007